

IMPrensa E ESTADO: EFEITOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA NA LÍNGUA DO/NO BRASIL

ADRIELI DA SILVA MULLER^{1,2*}, CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS³

1 Introdução

Ao refletirmos sobre a língua em circulação em determinadas condições sócio-histórica e ideológicas, não podemos dissociar a relação existente entre língua e Nação, uma vez que aquela está na base de constituição desta. É a língua, pois, que permite à Nação um caráter homogêneo. A língua que passa a caracterizar uma nação denomina-se de língua nacional. Com ela, busca-se a identificação de todos os falantes que constituem um determinado território, tornando-se, portanto, uma forma de regularização, e de fixar um símbolo de consciência nacional.

Em vista dessa ‘consciência nacional’, considerando o contexto brasileiro, este é marcado por diferentes nacionalismos ao longo de sua história. Logo, torna-se uma prática que se repetiu em diferentes situações, tendo, na maioria das vezes, a língua como elemento central. Podemos dizer, pensando na história da língua no/do Brasil, que ela é marcada por políticas linguísticas de imposição a seus habitantes. Essa imposição linguística sempre teve por base a redução das diferentes línguas do Brasil, as quais deveriam ser substituídas pela língua portuguesa, a língua dos colonizadores; bem como a imposição de uma norma padrão, tida como norma culta.

Assim, desde o início da história da língua do Brasil, havia políticas linguísticas visando à homogeneização da língua utilizada, mas desde que essa fosse reconhecida como legítima, como era o caso do português, podendo, então, através dela, caracterizar e construir um Estado sólido, unitário e centralizado. No caso do Brasil, ao longo de sua história, podemos dizer que a homogeneização da língua tornou-se uma questão de dominação e de poder, ou seja, uma questão política. Conforme Orlandi (2005), um dos períodos mais expressivos,

1Graduanda de Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. Contato: adrieli.muller123@gmail.com

2Grupo de pesquisa: Língua(gem), discurso e subjetividade (UFFS).

3 Orientadora: Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria

(UFFS). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – *Campus* Cerro Largo/RS). Contato: caroline.schneiders@uffs.edu.br

relacionado à imposição linguística, foi o regime de Getúlio Vargas (1937/1945), denominado de Estado Novo. Esse período caracterizou-se por uma forte política linguística voltada ao nacionalismo, visando ao controle e à censura, principalmente, da língua falada em todo o território brasileiro.

Tendo em vista essa relação entre língua e Nação, buscamos analisar a representação de língua a ser ensinada e em circulação veiculada na imprensa em um contexto marcado pela imigração alemã. Para tanto, mobilizamos, como objeto analítico, um jornal local, “O Cerro Largo”, que circulou no município de Cerro Largo, situado nas Missões do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1957 e 1974. Buscamos, portanto, compreender os efeitos de sentido a respeito da língua do/no Brasil, inscritos no discurso metalinguístico em circulação no referido jornal, explicitando a determinação histórica e ideológica do discurso *da e sobre* a língua que circula e materializa-se nesse meio de comunicação no final dos anos de 1950. Para nós, o jornal, enquanto imprensa, funciona como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1980) e contribui para a cristalização dos sentidos em torno de determinada representação da língua, fazendo circular, sobretudo, a língua calcada nos discursos oficiais, dentro de relações de poder estabelecidas. Assim, partimos do pressuposto que a região missioneira foi (de) marcada por uma imposição linguística, a qual estava vinculada ao idioma nacional, a saber, a língua portuguesa, produzindo um apagamento das outras línguas que constituíam o espaço de enunciação em questão.

2 Objetivos

Refletir sobre as representações em torno da língua do/no Brasil entre os anos de 1950 e 1970, discutindo o modo como as políticas linguísticas da época afetaram e determinaram as relações entre as línguas no espaço de enunciação brasileiro.

3 Metodologia

A presente pesquisa está ancorada nos pressupostos teórico e metodológicos da Análise de Discurso de linha pêcheuxtiana (AD) em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Para o desenvolvimento de nossa reflexão, constituímos um arquivo de pesquisa composto por edições do jornal “O Cerro Largo”, que circulou no município de Cerro Largo, situado nas Missões do Rio Grande do Sul entre os anos de 1957 e 1974. A partir desse jornal, delimitamos, primeiramente, como *corpus* de análise, a seção intitulada “Hora pedagógica”,

publicada nos anos de 1958 e 1959, a qual é caracterizada por se constituir de dicas gramaticais criadas por professores, as quais buscam, através de planos de aula, propor correções a determinadas “irregularidades” que são cometidas pelos alunos em sala de aula. Também, delimitamos as seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, publicadas a partir de 1958. Para o desenvolvimento da pesquisa, o dispositivo de análise é constituído pelas noções de língua, discurso, ideologia, imprensa, memória institucionalizada e Aparelhos Ideológicos do Estado.

4 Resultados e Discussão

Ao lançar gestos de interpretação sobre o *corpus* em análise, surgiram questionamentos do tipo: Por que se utiliza o jornal como uma maneira de veicular regras/dicas sobre a língua? Uma possível explicação seria o fato de o jornal ter uma circulação maior e mais rápida às pessoas, comparado ao acesso a dicionários e gramáticas na época. Sobre esse aspecto, o discurso metalinguístico em circulação no jornal não é neutro e impacta fortemente as pessoas, ao considerarmos que o jornal era uma referência informativa à sociedade.

Nesse viés, percebemos que o jornal “O Cerro Largo”, tanto nas seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, como na seção “Hora pedagógica”, serve como um aparato de sustentação da língua imaginária, reforçando assim uma política linguística de honra à língua nacional em seu regramento. Coloca em circulação o que consideramos como a língua imaginária, ao materializar as regras da língua. Para Orlandi, a “língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações”, e está em contraposição à língua fluída “aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008 p. 86). Partindo de tais concepções, identifica-se como língua imaginária aquela idealizada por normas e coerções, já a língua fluída distancia-se de regulações, é a língua em funcionamento.

A título de exemplificação, destacamos dois recortes discursivos das seções “Dicionário” e Dicionário moderno”, visto que nos detemos, neste segundo ano de projeto, nessa questão em específico. No ano de 1958, observamos a concepção de *Dicionário*:

RD1: O dicionário **coleta todas as palavras de uma língua**, ou só uma classe de vocábulos, apresentando-os em rigorosa ordem alfabética [...] Você, que **ama a língua pátria**, e a história de seu país, procure ler, estudar e adquira um bom **dicionário da língua portuguesa**, pois ele é um guia seguro que lhe ensinará, não só a escrita correta dos vocábulos, como também o significado das palavras.” (O CÉRRO LARGO, 1958, p.5, n.77, grifos nossos).



Em 1959, verificamos, na seção “Dicionário Moderno”, alguns verbetes:

RD2: Família..congresso doméstico, onde cada membro tem um partido. (O CÊRRO LARGO, 1959, p.2, n.91 grifos nossos).

RD3: Branco (O CÊRRO LARGO, 1959, p.2, n.91 grifos nossos).

RD4: Preto..negativo de branco. (O CÊRRO LARGO, 1959, p.2, n.91 grifos nossos).

RD5: Mulata..uma das grandes criações da natureza. (O CÊRRO LARGO, 1959, p.1, n.89 grifos nossos).

Para nós, o dicionário é entendido como “um objeto histórico e de representação da relação do falante com sua língua, na necessidade de um imaginário de unidade da língua nacional” (ORLANDI, 2013, p. 115). Neste estudo, tomamos o dicionário como discurso, por serem textos produzidos em determinadas condições e tendo seu processo de produção vinculado a uma certa rede de memória diante da língua. Percebemos ao analisarmos o jornal que primeiro definiu-se dicionário e depois alterou-se para dicionário moderno.

O efeito que compreendemos nesse processo discursivo, conforme Orlandi (2013), é que, na constituição do dicionário, apresenta-se o efeito da completude, como no RD1, a partir do trecho “todas as palavras de uma língua”, ou seja, como se o dicionário abarcasse todas as palavras, o qual, no entanto, busca esse efeito ao buscar representar a língua. Além disso, o dicionário um instrumento linguístico que constrói uma determinada memória social, e que marca a relação da ciência com o Estado. O funcionamento do dicionário nós dá a ilusão de que a língua é representável como tal, fazendo parte da sua realidade. Vale salientar, ainda no RD1, que há uma gradação quando se refere à língua: língua – língua pátria – língua portuguesa, gradação que não é neutra, pois parte de uma concepção geral para delimitar que a língua contida no dicionário, é a língua pátria, a qual, por sua vez, é a língua portuguesa, língua oficial e nacional do Brasil. Ou seja, não é qualquer língua que constitui o dicionário, é a língua da Nação, homogênea, apontando para o funcionamento do ideológico e do político, bem como para a memória da colonização linguística.

Nos recortes seguintes, temos alguns verbetes publicados na seção “Dicionário Moderno”. Na definição de “família”, observamos uma analogia da estrutura familiar com a estrutura política, a qual não é neutra considerando a conjuntura da época. Para o verbe “branco”, a sua definição está em branco, como algo que não precisa ser definido, produzindo um efeito da ordem do pré-construído, todo mundo sabe, algo inquestionável. Em contrapartida, temos o verbe “preto”, o qual é definido como “negativo de branco”. Tal definição vincula o preto há algo negativo, em contraposição ao branco, para o qual não é

preciso definição. Por último, temos “mulata”, sendo definida como “uma das grandes criações da natureza”, ressoando uma determinada memória vinculada ao discurso naturalista do colonizador e contribuindo para a constituição de um imaginário em torno da mulata, vinculada ao exótico ao referir-se como criação da natureza. Assim, perguntamo-nos, por que a escolha destes verbetes e não outros para tratar da língua? Para nós, essa escolha não é neutra e vincula-se ao apagamento/silenciamento da heterogeneidade linguística e cultural do Brasil. Segundo Nunes (2006), o dicionário contribui para a construção de uma imagem de neutralidade do sujeito lexicográfico face às definições dos verbetes, bem como contribui com a ideia de transparência da língua, como se os sentidos nas definições dos verbetes fossem únicos e isentos de ideologia.

5 Conclusão

Observamos, portanto, a maneira como os discursos são determinados histórico e ideologicamente, produzindo efeitos de sentido. Assim sendo, explicitamos os efeitos da história e da memória na representação da língua ensinada e considerada oficial em um período determinado pelo pós guerra e marcado pelo autoritarismo, com o início da ditadura militar. A pesquisa nos permitiu entender o modo como a imprensa/jornal é constituído pelos efeitos do ideológico e do político, os quais determinam o que poderia e deveria ser dito a respeito da língua.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução de Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1980.
- NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil**: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários. Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 1996.
- _____. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas, SP: Pontes Editores. São Paulo, SP: FAPESP. São José do Rio Preto, SP: FAPERP, 2006a.
- ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Linguístico**. Para Uma História das Idéias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2013.
- _____. **O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)**. Línguas e instrumentos linguísticos, n. 15, p. 27-33, Universidade Estadual de Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. Terra à vista – **Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2008.

Palavras-chave: Jornal; Dicionário; Língua; Discurso.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2021-0445 / **Financiamento:** /UFFS